

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhor Ministro da Cultura

Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública

Excelências:

No cumprimento das disposições Legais e Estatutárias, nomeadamente o que se dispõe no art. 5º do DL n.º 155/92, de 28 de Julho, aplicável aos Institutos Públicos e nos art. 32º e 36º do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, vem o Conselho de Administração do TNSJ submeter à apreciação de Vossas Excelências o Relatório da Gestão, demais documentos de prestação anual de contas e proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício de 2007.

I. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O TNSJ enquanto instituto público, sem autonomia financeira, deu lugar ao TNSJ como entidade pública empresarial, com actividade iniciada a partir de 1 de Julho de 2007 tendo a nova entidade assumido os direitos e obrigações do anterior Instituto, enquadramento que obriga a relatar a execução das actividades transversais de forma integrada e coerente.

No domínio da componente económico-financeira serão destrinçados os dois períodos: enquanto instituto público – primeiro semestre do ano – e nova entidade pública empresarial, no segundo semestre do ano.

Por outro lado, face à aprovação da RCM nº 49/2007 de 28 de Março, dá-se conta dos Princípios de Bom Governo da Empresa, nos termos do pedido formulado.

II. EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES

Proceder-se-á à explanação das actividades concretizadas durante o exercício de 2007 em conformidade com o Plano de Actividades apresentado no âmbito do anterior Instituto e que naturalmente foram continuadas pela nova entidade empresarial.

1. Condicionantes da execução

É importante salientar que o cumprimento dos objectivos delineados foi seriamente condicionado pelos seguintes factores:

- a) Apesar da transformação em entidade pública empresarial ocorrida no final do mês de Abril, face à actual inexistência de contrato-programa e ao consequente desconhecimento da dotação orçamental base que suportará a actividade da entidade no seu futuro próximo, não nos é ainda possível desenvolver uma estratégia económico-financeira saudável e concretizar finalmente o “sonho” da planificação mínima da programação a três anos.
- b) O financiamento do orçamento defendido como mínimo indispensável no Plano de Actividades proposto para 2007 não foi concretizado sob a figura de dotação orçamental; na prática ocorreu utilização parcial dos recursos disponibilizados na parte final do ano com a realização do capital subscrito, deste modo se tendo mantido um cenário de escassez de meios financeiros, com indesejáveis dificuldades de gestão, que têm vindo a ser apontadas. Esta realidade vivida no âmbito do anterior instituto público acabou transferida para a nova entidade empresarial, influenciando negativamente o arranque da sua actividade.

- c) Não se encontraram ainda meios eficazes de combater importantes ameaças externas à entidade, tais como as dificuldades socio-económicas da população portuguesa em geral, a “baixa” cultura teatral e a localização do TNSJ na baixa (Praça da Batalha) Portuense.

De referir que em sede de Plano de Actividades para 2007, enunciaram-se os objectivos, já com as seguintes reservas prévias:

Citação:

- a. *“Na presente situação, continua a ser impossível programar a mais de 18 meses de antecedência e mesmo este prazo tem como horizonte a confiança entre a Direcção e a Tutela e a convicção, pelo lado do TNSJ, de que as Grandes Opções do Plano 2005/2009 são praticamente incontornáveis;*
- b. *O orçamento que se defende como necessário para executar o Plano de Actividades em anexo, constitui o mínimo indispensável para mantermos o serviço público a que estamos obrigados. Os números a que chegamos no presente documento (ou seja, incluindo aquilo que nos vimos forçados a denominar de “Supletivo”) representarão apenas um acréscimo de 141.165 €, ou seja 2,2%, em relação ao financiamento efectivamente disponibilizado no ano de 2006. “*

Fim de citação

2. Missão

À data da elaboração do Plano de actividades já eram conhecidos os propósitos da Missão, mais tarde consignados no Decreto-Lei nº 159/2007 de 27 de Abril, com pequenas alterações, pelo que foram sendo corporizados na actividade desenvolvida os seus princípios basilares, consubstanciados naqueles que são os nossos valores: excelência, formação, língua portuguesa e memória.

Privilegiar a **excelência**, conscientes do enquadramento das receitas a atingir;

Aposta na **formação**: a dos públicos cujos crescimento e fidelização se tem operado na razão directa do esclarecimento (lento) do espectador e na criação de uma sua mentalidade; e a dos artistas, técnicos e outros – não só os da casa, mas também os das escolas do Porto e os que integram as listas crescentes de desemprego teatral nortenho, que nos demandam estágios e colaborações formativas;

Dar prioridade constante à **língua portuguesa**;

Reproduzir-se territorialmente sem demagogias descentralizadoras e na consciência do preço justo da nossa acção modelar, quer através de tournées quer pela distribuição de suportes áudio/ videográficos e escritos da **memória** da nossa actividade.

Conforme a explanação da actividade desenvolvida que aqui faremos demonstra, a missão delineada foi assegurada mediante

“... a prestação de um serviço público no domínio da actividade teatral e de outras actividades culturais que lhe estejam ligadas, e actividades comerciais conexas, assente num projecto artístico unificado que se exprime prioritariamente:

i)Pela criação de espectáculos inéditos de teatro, dos vários géneros, nomeadamente os que assentam na produção de textos dramáticos que identificam e qualificam as salas de espectáculos da sua área de actuação, servidos por criadores, intérpretes e por uma infra-estrutura técnica e humana de excelência.

ii)Pela defesa intransigente da Língua Portuguesa de escrita original ou em tradução, na sua norma, na sua polimorfia, incluindo as suas variantes dialectais, considerado o Teatro como arte por excelência da corporização e transmissão da palavra e o estudo do seu débito um imperativo nacional.

iii) Na mediação dinâmica dos produtos cénicos e afins, com os públicos, cujo processo de fidelização coincidirá com o seu progressivo conhecimento crítico das obras e da qualidade da sua interpretação.

iv) Pela constituição sistemática da memória do seu trabalho, em todas as frentes editoriais, encarados os seus suportes – livros, fotografias, Cds, DVDs e outros – como objectos criativos próprios capazes de interagir com a animação de ambientes de estudo do Teatro e de alargamento a outros parceiros e audiências – televisão, rádio, Internet, etc..”

3. Programação

A programação relativa ao ano de 2007 do Teatro Nacional S. João incluiu duas componentes, sendo uma respeitante à sala do Teatro S. João e outra relativa ao Teatro Carlos Alberto (TeCA) que constitui, desde Fevereiro de 2003 (pelo Decreto-Lei n.º 21/2003, de 3 de Fevereiro), uma segunda sala de espectáculos que este Organismo integra, em conjunto com o espaço do Convento de S. Bento da Vitória.

No Anexo 1 é evidenciada a diversidade de iniciativas que compuseram essa Programação para todo o ano de 2007.

Neste Plano de Actividades está reflectida a continuidade do esforço que tem vindo a ser levado a cabo para, apesar da já referida insuficiência dos orçamentos, manter a programação deste Teatro no nível mínimo indispensável à manutenção do público conquistado nos últimos anos e à sustentação da exemplar estrutura que esta Casa constitui.

Assim sendo, apesar do reforço de orçamento solicitado para a execução do referido Plano “Supletivo” de actividade não ter sido obtido, considerámos ser essencial realizar o núcleo de programação aí contido, pelo que, recorrendo às mais imaginativas formas de economia de meios, conseguimos concretizar boa parte das acções previstas. A saber: O espectáculo **Turismo Infinito**, a partir de Fernando Pessoa (nove récitas), estreou no TNSJ a 7 de Dezembro; o programa **Portogofone**, que reuniu um vasto conjunto de iniciativas e espectáculos focalizados no mercado internacional, foi realizado entre 3 e 9 de Dezembro nas nossas três Salas e noutros espaços da cidade do Porto; o projecto **Goldoni** (O Café, de Carlo Goldoni) iniciou os ensaios no último trimestre de 2007, tendo em vista a sua estreia em finais de Janeiro de 2008; e o espectáculo **Platonov** entrou em trabalhos de pré-produção em Dezembro de 2007, visando a sua apresentação em Julho de 2008. Pior sorte sofreu o espectáculo **Longa Viagem para a Noite** que teve de ser definitivamente adiado para anos futuros.

4. Internacionalização e colaborações

1. O TNSJ prosseguiu, ao longo deste ano de 2007, o seu trabalho de internacionalização, concebido e desempenhado pelo Departamento de Relações Internacionais com o objectivo de empreender parcerias de médio/longo prazo com Teatros congéneres na Europa, assim gerando, mantendo e ampliando uma rede informal de contactos e desenvolvimento de projectos, em cuja consequência se alarga e torna regular a possibilidade de circulação internacional das criações originadas neste Teatro.

A estratégia de internacionalização desenvolve-se, num primeiro nível, por dentro da União dos Teatros da Europa (a mais importante rede europeia de Teatros públicos), à qual o TNSJ pertence desde 2003, mas extravasa este território, buscando sobretudo interlocutores onde encontra cumplicidades artísticas e modalidades comuns de projecto.

2. O TNSJ apresentou, ao longo de 2007, 41 récitas de 5 das suas criações em 10 cidades de 5 diferentes países:

- **D. João**, de Molière, encenação de Ricardo Pais:
 - : Teatro di Roma – Teatro Argentina (Itália), 24 e 25 de Fevereiro
 - : Teatro Stabile di Torino – Fonderie Limone (Itália), 1 e 2 de Março
- **Cabelo Branco é Saudade**, criação músico-cénica com direcção de Ricardo Pais:
 - : Cité de la Musique – Paris (França), 22 de Junho
- **O Saque**, de Joe Orton, encenação de Ricardo Pais:
 - : Teatro Stabile di Torino (Itália), 3 e 4 de Novembro

- **Teatro de Papel/Convidado de Pedra**, de Tirso de Molina, enc. de M. Lafontana:
 - : Teatro de la Abadía (Madrid), 12 a 30 de Dezembro (25 récitas)
- **Quarto Interior**, de A. Braga, A. Júlio e Cláudia Figueiredo, dir. de André Braga
 - : Centro Dramático Galego (S. de Compostela), 19 e 20 de Janeiro
 - : Auditório Municipal de Puertollano, 16 de Abril
 - : Festival Riocenacontemporânea (Rio de Janeiro), 5 a 7 de Outubro
 - : Norwich Puppet Festival, 19 de Outubro
 - : Teatro Jovellanos (Espanha), 27 de Outubro
 - : Teatro Principal (Vitória, Espanha), 31 de Outubro

3. Por razões internas ao próprio ciclo de vida do projecto, o TNSJ deu por terminada a circulação internacional do espectáculo «**Cabelo Branco é Saudade**» num momento em que havia ainda solicitações. Antes de Paris, este espectáculo havia já passado por Nápoles, Madrid, Bordéus, Reims e Frankfurt.

4. O espectáculo **Teatro de Papel/Convidado de Pedra**, uma co-produção entre o TNSJ e o Teatro de Formas Animadas, foi recriado em língua castelhana, embora na mesma encenação e com os mesmos actores, para as suas apresentações em Madrid. Este facto permitiu o seu conhecimento por um número considerável de programadores espanhóis, tendo daí resultado mais apresentações em Espanha (Festival de Almagro – Junho 2008; Festival de Olite – Julho 2008)

5. O TNSJ co-produziu com o Théâtre National de Bordeaux en Aquitaine e a companhia Teatro de Ferro o espectáculo **Alberto e a Bomba**, com texto e encenação de Dominique Pitoiset e Nadia Fabrizio, que teve estreia e exibição no Porto, no Teatro Carlos Alberto, entre 23 de Fevereiro e 10 de Março. Esta criação inclui-se numa relação permanente com aquele Centro Dramático Nacional francês, que permitira já a apresentação em Bordéus do espectáculo «Cabelo Branco é Saudade», em 2006, e da qual se preparam novos desenvolvimentos para 2008.

6. O espectáculo **Turismo Infinito**, um texto de António Feijó a partir de Fernando Pessoa, com encenação de Ricardo Pais, acabou por não ser realizado, ao contrário do previsto, e por razões de natureza interna ao projecto, em co-produção com a Comédie de Reims – Centre Dramatique National de Champagne-Ardennes. Porém, a parceria manteve-se, embora numa versão menos aprofundada, tendo o espectáculo apresentação marcada em Reims nos dias 29 e 30 de Abril de 2008.

7. Entre 6 e 9 de Dezembro, e apesar da inexistência do reforço de orçamento pretendido, o TNSJ organizou a segunda edição do evento **Portogofone**. Trata-se de um «showcase» de Teatro português dirigido a operadores internacionais, que reúne no Porto dezenas de encenadores, directores de Teatros e festivais, programadores e outros profissionais que assim tomam um contacto privilegiado com a criação nacional, entre as produções do TNSJ e outras criações convidadas. Este showcase reuniu no Porto mais de cinco dezenas de operadores, vindos da Alemanha (7), Eslovénia (1), Espanha (11), Finlândia (1), França (8), Grécia (4), Israel (1), Itália (7), Luxemburgo (1), Polónia (2), Reino Unido (2), Roménia (3), Rússia (1), Sérvia (4), Suécia (1) e Suíça (1). Destacáramos, entre a plêiade de países de origem, a representação espanhola, particularmente numerosa e interessada, que reflectiu a aproximação estratégica que o TNSJ intensificou ao longo deste ano.

8. Ainda incluído no programa do Portogofone, o TNSJ co-organizou com a União dos Teatros da Europa o encontro «Teatro Europa», encontro europeu sobre políticas culturais. Este encontro foi organizado em colaboração com a Convenção Teatral Europeia (foi aliás a primeira vez na História que esta rede e a UTE cooperaram num projecto, sob proposta do TNSJ), com o Relais Culture Europe e com o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Cultura.

9. O Portogofone acolheu ainda a 37ª Assembleia Geral da UTE e a reunião semestral do Conselho de Administração da Convenção Teatral Europeia.

10. O Teatro Nacional São João esteve representado no Grupo Ad-Hoc, constituído no seio da UTE com o fim de propor uma alteração orgânica e estatutária desta Associação trans-europeia de Teatros públicos que a prepare para enfrentar com sucesso os próximos dez anos. Este grupo de reflexão e prospecção, eleito em Assembleia Geral pelos méritos individuais dos seus membros, foi eleito e mandatado pela

Assembleia Geral em Dezembro de 2006 e desenvolveu o seu trabalho ao longo deste ano de 2007. Realizaram-se seis reuniões ao longo do ano (Paris, 14 e 15 de Janeiro; Düsseldorf, 17 e 18 de Março; Salónica, 27 e 28 de Abril; Paris, 1 e 2 de Julho; Turim, 13 e 14 de Novembro; Porto, 8 e 9 de Dezembro). Aqui, na Assembleia Geral da UTE foram aprovados os princípios de acção que conformarão a estratégia da organização para o período 2007/2017, ou seja a “estratégia do Porto” para as artes cénicas europeias, tendo a votação dos novos estatutos sido reportada para a AG a realizar em Abril de 2008.

11. Entre os dias 24 e 26 de Maio, apresentou-se no TNSJ o espectáculo **European House**, a partir de Shakespeare, com encenação de Álex Rigola, naquela que foi a segunda parte de um intercâmbio formal firmado com o Teatro Lliure, de Barcelona, e que permitira já a apresentação na capital catalã, em Outubro de 2006, do espectáculo **Woyzeck**, de Georg Büchner, encenado por Nuno Cardoso.

12. Entre os dias 11 e 13 de Junho, o TNSJ acolheu a Companhia Nacional de Canto e Dança de Moçambique, que aqui apresentou as coreografias **N'tsay** e **Em Moçambique o Sol Nasceu**, de David Abílio, **A Grande Festa**, de Alejandro Vasalo, **A Luta Continua**, de Jawole Jo Zolar e, finalmente, um **Concerto de Timbila**. Este programa, coincidente com as comemorações do Dia de Moçambique, foi realizado em colaboração com a Embaixada de Moçambique. Esta colaboração emergiu dos contactos havidos anteriormente com o Ministério da Cultura de Moçambique a propósito da criação de **Os Negros**, de Jean Genet, com encenação de Rogério de Carvalho e um elenco integralmente africano e afro-português.

De salientar que só em 2007, o TNSJ conseguiu apresentar internacionalmente cinco criações suas (sendo três de sua directa iniciativa e duas de iniciativa dos co-produtores) quando, nos termos dos objectivos definidos na proposta de contrato-programa enviada à Tutela, se propôs concretizar oito digressões internacionais até ao final de 2009.

5. Público alcançado

Tal como é evidenciado no Anexo 2, a audiência média do TNSJ registou em 2007 o valor de 72,0 %, continuando a ser levado a cabo um trabalho que visa a fidelização dos seus espectadores e a conquista e formação de novos públicos.

Este valor traduz já resultados em linha com o objectivo estipulado na proposta de contrato-programa formulada por esta Administração, que assumia propósito de aumentar a taxa de ocupação de sala em 3% até ao fim de 2009, sendo a taxa de ocupação de sala em 2006 de 70%.

6. Edições

A política de edições do TNSJ orienta-se sobretudo para o aprofundamento do conhecimento das matérias – autores, peças, contributos múltiplos para a construção dos espectáculos – de que se faz o trabalho corrente de criação deste Teatro Nacional, a sua documentação, a dessacralização e o estímulo ao olhar crítico sobre os objectos artísticos contemporâneos e, fundamentalmente, o estabelecimento de uma comunicação permanente com os públicos que permita reproduzir todo o investimento concretizado nesta casa em efectivo estímulo cultural.

Este investimento editorial materializa-se fundamentalmente na elaboração de Manuais de Leitura – publicações que documentam cada uma das produções teatrais da Casa, visando ampliar as possibilidades de vida interpretativa do trabalho artístico nelas realizado –, e na concepção regular de Programas e Desdobráveis de Sala, bem como de Cadernos de Programação.

Em 2007, elaborámos o Manual de Leitura da peça *Turismo Infinito*, de António M. Feijó, enc. Ricardo Pais. A realização da segunda edição do evento internacional Portogofone foi objecto de dois suportes de promoção e documentação: um encarte distribuído pelo jornal *Público* e o Caderno Portogofone 2007, este último em versão bilingue (português e inglês).

Num outro plano de comunicação, situam-se os programas de espectáculos e ciclos que apresentámos:
Ciclo Né Barros,
O Teatro Meridional no Porto,

O XXX FITEI no TNSJ e
O Avarento.

No sentido de uma mais imediata comunicabilidade dos projectos, elaboraram-se os seguintes desdobráveis: *Otelo*, *A um Dia do Paraíso*, *Alberto e a Bomba*, *Beiras* [Leitura Encenada + Espectáculo], *A Frente do Progresso*, *Bruno Nogueira a Solo*, Concerto Rabi Abou-Khalil, *Fulgor e Morte de Joaquín Murieta*, *O Cerejal*, *Caruma*, *The Pillowman*, A Companhia Paulo Ribeiro no Porto, *Burgher King Lear*, *O Coronel Pássaro*, *Boca de Cena – Teatro Jantar* e, finalmente, um desdobrável em língua italiana que acompanhou a apresentação de *O Saque*, de Joe Orton, enc. Ricardo Pais, no Teatro Stabile di Torino (Itália).

A informação genérica sobre a programação do TNSJ consta dos Cadernos de Programação, de que editámos em 2007 três números, relativos ao trimestre Janeiro/Março, e aos quadrimestres Abril/Julho e Setembro/Dezembro, todos eles em versões bilingues (português e inglês). Por último, em 2007 prosseguimos a colaboração regular com a editora Campo das Letras, tendo sido publicada em livro a tradução que Luísa Costa Gomes fez de *O Saque*, de Joe Orton. Neste âmbito, destaque para a criação de uma nova colecção, com grafismo próprio, denominada “Colecção Campo do Teatro/Colecção Teatro Nacional São João”, inaugurada com *O Cerejal*, de Anton Tchekhov, que António Pescada traduziu directamente do russo.

Dificuldades orçamentais impediram a concretização integral do plano elaborado em 2006, que previa a publicação de traduções já existentes mas ainda não disponíveis em livro (*O Despertar da Primavera*, de Frank Wedekind, e *Woyzeck*, de Georg Büchner, trad. João Barrento; *Os Negros*, de Jean Genet, trad. Armando Silva Carvalho; e os quatro “dramaticulos” de Samuel Beckett, traduzidos por Paulo Eduardo Carvalho, que estiveram na origem do espectáculo *Todos os que Falam*).

Os mesmos constrangimentos orçamentais inviabilizaram a edição de um conjunto de seis livros a que corresponderiam outros tantos DVDs, numa iniciativa conjunta com o jornal *Público* (aos quatro títulos que se encontram já disponíveis em DVD – *D. João*, *As Lições*, *Castro* e *UBUs* –, juntar-se-iam a edição de *O Tio Vânia* e a recuperação para este formato da versão para televisão de *Noite de Reis*, assinada por Manuel de Oliveira e Costa); todos os registos videográficos destes espectáculos produzidos pelo TNSJ seriam acompanhados pelos respectivos textos cénicos, o que configuraria um acto a todos os títulos inédito no panorama editorial português no domínio das artes do espectáculo.

A despeito das dificuldades referidas, foi ainda possível efectuar a reedição em DVD do registo integral do espectáculo *D. João*, de Molière, enc. Ricardo Pais, com realização de João Tuna.

No termo do exercício procedeu-se à inventariação do material de Promoção e Divulgação transitados do TNSJ, anterior Instituto Público, no valor de 9.221 euros.

7. Formação

Tal como delineámos em sede de Plano de Actividades proposto, uma parte significativa da programação desenvolvida em 2007 traduz uma clara aposta do Teatro Nacional S. João na formação e fidelização de públicos.

Subjacente à prossecução desse objectivo esteve a organização de “workshops” e de leituras encenadas sobre textos Gil Vicente, a participação activa de públicos da comunidade local na produção/criação e interpretação de dois espectáculos de teatro e dança, a promoção de encontros/debates sobre os espectáculos levados à cena, a realização de ensaios-gerais abertos, a organização de visitas guiadas aos bastidores do teatro e encontros informais com artistas e criadores, para além da apresentação de espectáculos e performances de pequeno formato nos mais diversos locais públicos (estações e carruagens do Metro, Jardins e outros Espaços de passagem no Centro da cidade do Porto).

Acreditando na importância do contributo da fruição artística na educação e qualificação dos cidadãos, no desenvolvimento do seu sentido crítico e no aumento da prática da cidadania, o Teatro Nacional S. João prosseguiu o seu trabalho de aproximação do público em idade escolar ao universo das artes performativas, através da apresentação de espectáculos claramente direccionados à classe etária mais

jovem, como foi o caso das produções Alberto e a Bomba (realizada em parceria com o Teatro Nacional de Bordéus) e Caruma (organizada em parceria com o Núcleo de Experimentação Coreográfica do Porto), ambas destinadas a públicos infanto-juvenis, ou à criação de condições especiais de acesso dos “públicos escolares” a espectáculos mais abrangentes.

Nos domínios da formação técnica e artística, o Teatro Nacional S. João abriu as suas portas a estágios profissionalizantes, em contexto real de trabalho, nas áreas da Fotografia de Cena (uma aluna finalista da Escola Superior Artística do Porto – disciplina de fotografia e vídeo, durante 4 meses), da Comunicação e Imprensa (uma aluna finalista da Escola Superior de Educação de Viseu, durante 3 meses), da Produção, Relações Públicas e Edição de Textos (aluna da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – licenciatura de Estudos Artísticos, durante 3 meses). Para além destes estágios, o Teatro Nacional S. João proporcionou ainda a realização de aulas práticas de Maquinaria de Cena à alunos do Curso de Teatro da Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo.

8. Obras e Equipamentos

a) As obras de restauro do edifício:

Conforme tem sido largamente explicitado à Tutela, o edifício do TNSJ encontra-se há alguns anos em avançado estado de deterioração, o qual tem provocado a queda de alguns elementos de betão decorativos do seu exterior para a via pública, ameaçando a segurança dos transeuntes que utilizam a via pública nas imediações do edifício do TNSJ.

Assim sendo, no Plano de Actividades proposto salientou-se, uma vez mais, que a realização desta obra seria absolutamente inadiável, sob pena de poderem ocorrer incidentes que provoquem danos graves a pessoas e bens.

Tal como explicamos, na sequência do pedido de auxílio feito por este Organismo, a anteriormente designada como Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN daqui em diante) prontificou-se a prestar todo o auxílio necessário à conservação e salvaguarda do imóvel, disponibilizando-se para elaborar o projecto e conduzir o processo administrativo para adjudicação dos trabalhos da empreitada.

O projecto para esta empreitada está já concluído pela DGEMN, sendo o valor estimado para a execução dos trabalhos de 411.400 € (IVA incluído à taxa legal em vigor), e o prazo programado de 150 dias.

Contudo, apesar dos apelos efectuados, não foi ainda possível obter a disponibilidade financeira necessária para a cobertura da despesa, já que a impossibilidade de garantir o pagamento desta empreitada com o orçamento de funcionamento atribuído ao TNSJ para 2007 foi desde logo afirmada como impeditiva de avançar com o procedimento e não obtivemos qualquer resposta positiva ao pedido de reforço de orçamento formulado para este efeito.

b) Os equipamentos adquiridos:

Como adiante se refere no item 10 do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, elevaram-se a 83.880,59 euros as aquisições de bens do activo imobilizado corpóreo, relacionadas com Obras de reparação no Convento, equipamentos de luz, som, maquinaria, cena, ateliers e administrativo.

No termo do exercício procedeu-se ao inventário dos bens de equipamentos transitados do TNSJ, anterior Instituto Público, no valor de 904.889,77 euros, como se discrimina no mesmo item antes referido.

9. Recursos Humanos

a) A contratação de pessoal:

No início do ano de 2007 o pessoal afecto ao TNSJ era de oitenta e três trabalhadores, sendo setenta e nove efectivos, quatro trabalhadores com contrato a termo certo e um trabalhador em regime de comissão de serviço.

O art. 9º do Decreto constitutivo da EPE determina que os trabalhadores do Teatro S. João em regime de contrato individual de trabalho transitam para o TNSJ E.P.E. mantendo a mesma situação jurídico-profissional. Os funcionários que à data da entrada em vigor do referido Decreto-Lei se encontravam integrados na função pública optaram (de acordo com a possibilidade estipulada pelo n.º 2 desse artigo 9º) por permanecer com esse vínculo, sendo esses lugares extintos à medida que forem vagando. Assim sendo, o TNSJ E.P.E possui neste momento três trabalhadores com vínculo à função pública, estando uma delas destacada para outro serviço.

De mencionar que quando a actual Administração tomou posse em Outubro de 2002 (como Direcção nessa altura), o número de pessoal era de noventa e dois trabalhadores. Desde então, como temos vindo a repetir, apesar do crescimento de estruturas cuja administração e programação tínhamos que assegurar, o TNSJ vinha sendo nos últimos anos completamente impedido de admitir pessoal para assegurar as naturais necessidades de recursos humanos inerentes à assunção de novos compromissos e até ao preenchimento dos lugares que vão ficando vagos por cessação dos vínculos contratuais dos respectivos contratados.

Com a transformação em Entidade Pública Empresarial e o conseqüente desaparecimento dos entraves que vinham a impedir a realização das contratações necessárias, coube e cabe agora ao Conselho de Administração seleccionar e formar profissionais de excelência para integrarem o quadro de pessoal do TNSJ.

Desde 1 de Julho até ao final de 2007 foram já seleccionados e admitidos sete trabalhadores, sendo urgente completar o mesmo processo relativamente a outros cinco funcionários. Tais passos da reestruturação em curso, implicaram um acréscimo de custos de pessoal na ordem dos 49.715 € em 2007.

Saliente-se que o esforço de contenção de custos que se tem desenvolvido nos últimos anos traduz-se na reestruturação do “quadro” de pessoal da Instituição, o qual permite, segundo cremos, assegurar o funcionamento da Casa em toda a sua nova dimensão – programando e administrando dois teatros mais o Convento de S. Bento da Vitória – com apenas noventa e cinco Trabalhadores, ou seja, um acréscimo de apenas cinco trabalhadores face ao número daqueles que em 2002 asseguravam o funcionamento do Teatro S. João.

b) A formação e qualificação dos recursos humanos:

Em conformidade com os objectivos delineados, procurou-se otimizar os recursos humanos existentes no âmbito da reestruturação iniciada com a transformação em entidade pública empresarial.

Nesse sentido, procedemos já à reformulação do quadro do pessoal existente de forma a delinear o novo organigrama da Organização – Anexo 3 – redefinindo competências e clarificando funções.

De referir ainda a contratação de um Profissional altamente qualificado e experiente (em regime de prestação de serviços) para auxiliar a Administração na criação e implementação de um novo sistema de controlo de gestão, com vista a adequar a organização à nova realidade empresarial que passou a assumir.

Neste âmbito, asseguraram-se já algumas acções internas com vista à formação e requalificação dos trabalhadores nos respectivos postos de trabalho, nos termos da estratégia de mudança definida.

10. Recursos Financeiros

O Plano de Actividades para 2007 apontava para um custo estimado de 6,45 milhões de euros, correspondendo 5,73 milhões de euros ao orçamento inscrito em nome do TNSJ e 720 mil euros ao reforço de orçamento pedido e defendido pelo actual Conselho de Administração.

Quando se confirmou a transformação do anterior instituto em entidade pública empresarial, a expectativa de obtenção do referido reforço de orçamento foi substituída pela certeza de obtenção de um milhão de euros provenientes da realização do capital social da nova Entidade; deste modo a expectativa orçamental para o ano de 2007 passou a ser de **6,73 milhões de euros**.

Como até 30.06.07 - a nova EPE iniciou actividade em 1 de Julho - se encontravam cabimentados no SIC 3,731 milhões de euros, resulta que se elevaram a cerca de **3 milhões de euros**, os recursos destinados a financiar as actividades da EPE durante o segundo semestre de 2007; deste modo a cobertura financeira da execução orçamental da nova EPE acabou estruturada sob a forma das iniciais dotações orçamentais e recursos que viriam a ser disponibilizados com a realização do capital social subscrito aquando da constituição da nova entidade.

No quadro abaixo sintetiza-se a execução da cobertura financeira do Plano de Actividades'07:

	Plano de Actividades	Realizado TNSJ			Desvio
		ex-Instituto	E.P.E.	Soma	
1. Dotações do Estado	4.900.000,00	3.376.015,00	1.523.985,00	4.900.000,00	0,00
2. Mecenato	500.000,00		500.000,00	500.000,00	0,00
3. Receitas próprias totais	330.000,00	354.754,33	202.613,56	557.367,89	227.367,89
4. Realização do Capital Social	1.000.000,00		1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
I. FINANCIAMENTO (1+...+4)	6.730.000,00	3.730.769,33	3.226.598,56	6.957.367,89	227.367,89
II. CUSTOS	6.730.000,00	3.730.748,00	2.628.691,13	6.359.439,13	-370.560,87
III. Desvio (I-II)	0,00	21,33	597.907,43	597.928,76	597.928,76

Contudo e tendo em vista acautelar a comparabilidade: receitas próprias e custos, os seguintes aspectos devem ser tomados em conta:

- O desfasamento no registo das receitas: conforme POC, as receitas são registadas no momento em que ocorrem (no final do ano a Conta de Clientes apresentava um saldo de 4,182 mil euros), enquanto no SIC ocorria com a entrega dos fundos ao Tesouro (em Janeiro de 2007 foram entregues 156,139 mil euros referente ao ano anterior);
- Os custos realizados pela EPE correspondem aos custos totais de 2,958 milhões de euros, constantes da Demonstração de Resultados, deduzidos dos impactos com a introdução no fecho de contas do princípio da especialização, pela primeira vez adoptada (232,5 mil euros) e amortizações dos bens de equipamento transitados do anterior Instituto e inventariados no final do ano (96,5 mil euros);
- O Prog 6 – Obras e Equipamentos, conforme plano, contemplava uma verba de 200 mil euros relacionada com a empreitada da frente do edifício do TNSJ, não concretizada, como antes foi dito, sendo que os novos investimentos passaram a ser contabilizados nas rubricas do Activo Fixo;
- O Progr 8 – Passado, no valor de 413.940 euros e conforme plano está relacionado com a dívida a Fornecedores, que passou a estar escriturada na situação patrimonial da nova Entidade;

Com o enquadramento e situação consolidada acabados de referir, em comparação com o Plano, há a registar: mais receitas próprias de 227,4 mil euros, um aumento de 69% e menos custos de 370,6 mil euros, cerca de 5,5%; tudo somado atinge-se um desvio positivo de 597,9 mil euros, cerca de 9% abaixo do custo planeado.

Poderá pois e desde já concluir-se o bom desempenho anual na execução orçamental, não obstante o compromisso para o segundo semestre de 2007, reflectido nas contas previsionais apresentadas e que será confirmado pela análise situacional da nova EPE.

Em 2007 foi renovado o Protocolo de Mecenato anteriormente celebrado com a “REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.” através do qual obtivemos o apoio desta sociedade para o desenvolvimento da

programação teatral do Teatro S. João mediante a atribuição ao TNSJ de donativos que totalizaram o montante global 500 mil euros.

Relativamente ao capital social da EPE criada em Abril, no montante de um milhão de euros inteiramente subscrito pelo Estado, é de referir que só em Dezembro é que o mesmo foi realizado, pelo que no decurso dos seus primeiros meses de existência a entidade criada não foi dotada dos meios financeiros legalmente previstos para exercer a respectiva actividade e proceder à reestruturação necessária ao seu enquadramento empresarial.

Creemos ser da máxima importância alertar para a necessidade absoluta de definir em tempo útil os recursos financeiros que vão ser disponibilizados à entidade para, em função disso programar de modo eficiente, com reflexos nos resultados obtidos. Os inconvenientes da incerteza de orçamento que este Organismo tem vivido obrigam a assumir um risco considerável que afecta não só a eficiência de gestão financeira mas sobretudo o alcance dos objectivos consubstanciados na nossa missão, já que não nos tem sido possível efectuar um Plano Plurianual como seria desejável, pelo menos a dois anos.

Por outro lado é importante que fique adequadamente caracterizada a origem dos fundos para o financiamento da actividade; o recurso a capital social em detrimento da chamada dotação orçamental, conduz a uma acumulação de perdas na rubrica de resultados transitados (capital próprio) sendo mais tarde confrontados com a necessidade de efectuar a chamada “operação harmónio”: aumento de capital social seguido de redução para cobrir perdas acumuladas.

III. TNSJ ENQUANTO INSTITUTO PÚBLICO – 1º SEMESTRE:

Conforme enquadramento antes referido, segue-se a evolução havida nos domínios da receita e da despesa.

1. No domínio da Receita

O TNSJ enquanto Instituto Público foi financiado pelas receitas que lhe foram atribuídas pelo Orçamento de Estado, e também pelas receitas provenientes do desenvolvimento da sua actividade corrente, como é o caso das receitas de bilheteira e merchandising, tal como é evidenciado no balancete, anexo 4.

No semestre em apreço o TNSJ, enquanto instituto público, obteve a título de receita a quantia de: 3,730 milhões de euros, proveniente do Orçamento de funcionamento (fonte de financiamento 110 e 123).

2. No domínio da despesa

Face ao estatuto de instituto público que assumiu até à transformação operada pelo Decreto-Lei n.º 159/2007, de 27 de Abril, o TNSJ, encontrava-se obrigado ao cumprimento das regras que lhe eram próprias enquanto tal; no entanto, por força da actividade que sempre desenvolveu e da consequente necessidade de resposta urgente e imediata, no art. 30º do DL n.º 242/97, de 18 de Setembro, que aprovou a anterior Lei Orgânica, estava previsto que a aquisição de bens e serviços de natureza técnico-artística que relevassem das especificidades de produção teatral, não se encontravam sujeitas ao regime fixado pelo DL n.º 197/99, de 8 de Junho, diploma que regula as despesas públicas.

Tal faculdade não obstava a que se procurasse rentabilizar os meios financeiros existentes, na procura das melhores condições de mercado, optimizando o binómio qualidade-preço. Desta forma foi sempre usual no TNSJ os diversos departamentos que fazem compras pedirem vários orçamentos antes de efectuarem qualquer tipo de aquisições.

Passando à análise do Balancete anexo, e relativo à despesa acumulada até ao fim do mês de Junho de 2007, no valor de 3,730 milhões de euros, conclui-se o seguinte:

- a) As despesas efectuadas nas rubricas de pessoal cifraram-se em 955,8 mil euros;

- b) A despesa efectuada com as rubricas directamente associadas à produção totalizou a quantia de 1,485 milhões de euros, sendo que as rubricas: 02.02.20-Outros trabalhos especializados, no valor de 1,09 milhões de euros, atinge 73% do total e a rubrica: 02.02.13-Deslocações e estadas, no valor de 215,5 mil euros, representa cerca de 15% do total, representam no seu conjunto 88% do total;
- c) Os Encargos Gerais e Equipamentos totalizaram 1,29 milhões de euros, sendo que o somatório das seguintes rubricas: encargos com instalações, comunicações, publicidade, vigilância e segurança, equipamentos informáticos atingiu o valor de 815,8 mil euros, cerca de 63% do total.

3. A transformação em EPE – dotações orçamentais

Elevaram-se a 1,524 milhões de euros as dotações orçamentais balanceadas para a nova EPE, remanescente da dotação inicial de 4,9 milhões de euros, no âmbito do TNSJ (conforme nº3 do art. 14º- Dec-Lei 159/207), como segue (euros*1.000), como segue:

TNSJ	TNSJ, EPE			Total
	Ago	Nov(Est)	Soma	
3.376	1.252	272	1.524	4.900

IV. O TNSJ ENQUANTO ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL – 2º SEMESTRE

1. Contas Previsionais '07

Com o preenchimento dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o ano de 2008 foram definidos objectivos para o Balanço e Demonstração de Resultados no final do ano de 2007, adiante comparados.

2. Balanço inicial

Após apuramento líquido dos valores monetários integradores da universalidade dos bens, direitos e obrigações da transformação em EPE, acabou por resultar uma Reserva Inicial no valor de 1,6 milhões de euros, como a seguir se indica (euros*1.000):

1. Componentes do Activo	2.090
Equipamentos	33
Dotações Orçamentais a receber	1.524
Mecenato	500
Depósitos Bancários	33
2. Componentes do passivo	454
Dívidas Fiscais	127
Fornecedores	327
3. Reserva Inicial (1-2)	1.636

Isolando as Dotações do Estado+Contribuições do Mecenato, no valor de 2,024 milhões de euros e que se destinaram a financiar parcialmente a actividade prevista, o certo é que a nova Entidade arrancou com património net, negativo de 388 mil euros - os componentes do Activo no valor de: 65,5 mil euros não eram bastantes para pagar os componentes do Passivo: 453,5 mil euros - e que à partida absorveu cerca de 39% do Capital Social, como se detalha no item 40.1) do Anexo ao Balanço.

3. Comparabilidade

No fecho de contas foram efectuadas operações com influência no apuramento de Resultado do Exercício e estrutura do Capital Próprio, mas que antes não foram contempladas nas projecções para 2007, como segue:

a) Componentes de Imobilizado

Em resultado da inventariação a que entretanto se procedeu, foram registadas nas correspondentes rubricas do Activo Imobilizado bens que não foram contemplados no Balanço Inicial da nova EPE, mas que haviam transitado do anterior Instituto Público.

O valor de aquisição a que se chegou elevou-se a 904,9 mil euros, com aumento pelo equivalente na rubrica de “Reserva Inicial”; as correspondentes amortizações contabilizadas no exercício em função do período de utilização previsto elevaram-se a 96,5 mil euros;

b) Inventariação dos artigos de merchandising

Procedeu-se a um inventário dos artigos com rotação, também transitados do anterior Instituto e que totalizaram: 9,221 mil euros, por contrapartida de Reserva Inicial;

c) Espectáculos em curso no final do ano

Foram inventariadas aplicações nos espectáculos em curso e que apenas serão levados à cena no ano de 2008, em linha com os requisitos do modelo de custeio introduzido e de que resultou para a rubrica de “Espectáculos em Curso” o valor de 75,8 mil euros, por ajustamento às correspondentes rubricas de custo do exercício;

d) A especialização do exercício (síntese)

Em conformidade com as boas práticas e conforme situações aplicáveis, referidas no ponto 3 do Anexo ao Balanço, de que resultou um netting nas contas de “Acréscimos e Diferimentos” de 232,5 mil euros, com acréscimo nos custos do exercício.

4. Apuramento de Resultados

No fecho das contas foi apurado um resultado líquido negativo de 2,752 milhões de euros, que não inclui as Dotações do Estado + Mecenato, no valor de 2,024 milhões de euros, incluídas no Balanço inicial por contrapartida de Reserva Inicial, como antes referido.

Por outro lado e relativamente às Projecções efectuadas para o final do ano, aquele resultado foi agravado com os movimentos relacionados com a especialização do exercício, no valor de 232,5 mil euros e amortizações de 96,5 mil euros referentes aos bens de equipamento do anterior Instituto, inventariados no final do ano, somando um aumento nos custos de 329.026 euros.

Nestes termos e para comparar com o resultado constante das Projecções, tal como se evidencia no Anexo 5, obteremos o valor real ajustado, negativo de 2,423 milhões de euros, que compara com uma previsão de -2,405 milhões de euros e de que resulta um ligeiro agravamento no prejuízo previsto de 18.334 euros, seja cerca de 0,8%.

Para aquela execução orçamental, muito contribuiu a boa performance alcançada com a estabilidade nas principais rubricas da Demonstração dos Resultados, como segue:

- a) Vendas e Prestação de Serviços: um aumento de 29,8 mil euros, mais 17% que o previsto;
- b) Fornecimentos e Serviços Externos: com menos 16 mil euros que o previsto, sendo que reflecte, nomeadamente, o impacto com custos diferidos dos espectáculos em curso, no valor de 75,8 mil euros;
- c) Custos com o Pessoal: com mais 294,7 mil euros que o previsto; a antecipação do vencimento de férias e subsídio de férias traduziu-se num agravamento de custos de 296,5 mil euros;
- d) Amortizações do exercício: mais 100 mil euros que o previsto, sendo que se elevaram a 96,5 mil euros as amortizações consequentes à inventariação no final do ano dos equipamentos transitados do anterior Instituto.

O Cash Flow do exercício: somatório do resultado líquido+amortizações, resultou no valor negativo de 2,645 milhões de euros, quando a previsão era de -2,398 milhões de euros, o que se traduz num agravamento de 247,3 mil euros, ou seja, 10% do valor previsto. Considerando o acréscimo líquido nos

custos de 232,5 mil euros, resultante da especialização de exercício, verifica-se que este montante corresponde a cerca de 94% daquela diferença.

Assim e para a necessária comparabilidade deste importante indicador, teríamos: real: -2,413 milhões de euros, menos Cash Flow de 14,7 mil euros, cerca de 0,6% do previsto, consequência da estabilidade atingida nas principais rubricas componentes da conta de resultados, como antes referido.

5. Evolução da situação patrimonial

Referem-se as variações mais importantes ocorridas na situação patrimonial, comparadas com a previsão, como consta do Anexo 6:

- a) O crescimento das rubricas do Activo Fixo, no valor de 967, 7 mil euros, com incorporação de bens transitados do anterior Instituto e aquisições de 83,9 mil euros, como se detalha no item 10 do Anexo ao Balanço;
- b) A realização das expectáveis entradas de numerário decorrentes das Dotações Orçamentais e de Mecenato, no valor de 2,024 milhões de euros, bem como a realização do Capital Social inicialmente subscrito de 1 milhão de euros;
- c) Disponibilidades no final do exercício de 689,6 mil euros, porque ocorreu no mês de Dezembro a realização do Capital Social de 1 milhão de euros;
- d) Reserva Inicial, com movimentos detalhados no item 40.1 do Anexo ao Balanço, que inclui as dotações no valor de 2,024 milhões de euros e que influenciaram - porque não incorporadas - o apuramento dos resultados a que se chegou;
- e) Crédito Fornecedor: onde ocorreu um aumento de 165,4 mil euros, relativamente à situação inicial, mais 51%, a reflectir as dificuldades de Tesouraria consequentes ao arrastamento na concretização do financiamento da actividade, solucionada no final de Dezembro, como antes referido;
- f) Estado e Outros Entes Públicos: há a registar a completa regularização do acordo moratório com dívida fiscal do anterior Instituto, registada no Balanço inicial, no valor de 126,6 mil euros; o saldo final refere-se às habituais retenções e contribuições para a segurança social, entregues nas datas respectivas;
- g) Dívidas a terceiros (curto prazo): dá-se conta da evolução havida, em euros:

	1-Jul	31-Jul	31-Ago	30-Set	31-Out	30-Nov	31-Dez
Fornecedores	326.947	498.998	638.541	514.213	612.484	544.669	492.389
Estado e Outros Entes Públicos	126.592	184.838	171.257	164.333	155.959	197.435	90.377
Outros Credores		3.431	5.190	3.900	4.211	4.541	3.825
Total	453.539	687.267	814.988	682.446	772.654	746.645	586.590

- h) Acréscimos e Diferimentos, como já referido, ligadas ao tradicional tratamento da especialização do exercício, escrituradas pela primeira vez e que implicaram um aumento nos custos, líquido de 232,5 mil euros.

Após a escrituração dos Resultados Líquidos, negativos de 2,752 milhões de euros e não obstante o crescimento da Reserva Inicial, o Capital Próprio baixou para 777,1 mil euros, o que desde já evidencia uma quebra correspondente a 22,3% do capital social inicial.

6. Fluxos de Caixa

Os recebimentos provenientes das Dotações do Estado e subsídios do Mecenato, no valor de 2,024 milhões de euros, não foram bastantes para ocorrer aos fluxos das actividades operacionais, no valor de 2,176 milhões de euros.

O reembolso do capital subscrito de 1 milhão de euros, foi uma importante ajuda para superar os desequilíbrios na situação de liquidez, nomeadamente: a solvência das já referidas actividades operacionais, dispêndios nas actividades de investimento de 62,5 mil euros e o reembolso de fluxos das actividades de financiamento, onde se inclui a regularização da dívida fiscal no valor de 126,6 mil euros.

O aumento das disponibilidades de caixa e seus equivalentes no valor de 656,9 mil euros justifica-se pela realização do capital subscrito no final de Dezembro e uma política de gestão prudencial com os pagamentos a Fornecedores, em face das incertezas ainda prevalectes quanto à definição do modelo de financiamento do plano de actividades para o ano de 2008.

Com efeito e à data da elaboração do presente relatório, foram recebidas dotações do Estado numa base de duodécimos de 365 mil euros em cada um dos meses de Janeiro e Fevereiro; entretanto o saldo das disponibilidades da empresa no final de cada um dos meses antecedentes foi, em milhares de euros: 750,4 (Jan.), 476,1 (Fev.) e 126,5 (Março).

Conclui-se deste modo que está esgotada a “folga” nas disponibilidades evidenciada no fecho de contas, também em linha com a actual situação de Tesouraria, tornada cada vez mais crítica; continua a aguardar-se por definições necessárias para accionar desenvolvimentos cruciais para a sustentabilidade futura da empresa.

7. Proposta de aplicação de Resultados

Para o resultado apurado no fecho das contas do exercício, negativo de 2.751.919,62 euros, propomos a seguinte aplicação:

- a) Para “Reserva Inicial” 2.023.985,00 euros, correspondente às Dotações: Orçamentais e de Mecenato, que nesta rubrica ficaram residentes desde o Balanço Inicial;
- b) Para Resultados Transitados, 727.934,62 euros.

Se for aceite a nossa proposta, a Reserva Inicial fica reduzida a 505.074,72 euros, como segue e se obtém do já referido item 40.1 do anexo ao balanço,

Património inicial, net	-388.002,20
Movimentos no exercício	893.076,92
Soma	505.074,72

sendo que o valor acabado de referir representa 55% dos bens do activo imobilizado transferidos do anterior instituto público, no valor de 916,8 mil contos.

Por outro lado o Capital Próprio ficará decomposto como segue:

Capital	1.000.000
Reserva inicial	505.075
Resultados Transitados	-727.935
Total do Capital Próprio	777.140

Torna-se aqui mais evidente, se aprovada a nossa proposta de aplicação dos resultados do exercício, que os resultados transitados acabarão por absorver cerca de 73% do capital social inicial.

8. Princípios de Bom Governo do TNSJ

a) Órgãos Sociais

O Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração exerceram as funções de Direcção no âmbito do anterior Instituto, tendo as respectivas nomeações como gestores públicos, para o triénio 2007-2009, sido efectuadas através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2007, de 17 de Maio, publicada em Diário da Republica, 2ª Série, n.º 110, de 8 de Junho de 2007 (estas mesmas nomeações foram novamente efectuadas pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2007, de 17 de Maio, publicada em Diário da Republica, 2ª Série, n.º 116, de 19 de Junho de 2007).

Em termos de distribuição de funções e responsabilidades foi deliberado o seguinte:

- (1) O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Ricardo Pais assume a responsabilidade pela coordenação de todos os assuntos relacionados com a Direcção Artística e ainda com a área de promoção e relação com os públicos;
- (2) A Vogal, Dra. Francisca Carneiro Fernandes assume a coordenação e responsabilidade por todos os assuntos relacionados com a área administrativa e financeira do TNSJ;
- (3) O Vogal, Senhor Salvador Santos assume a responsabilidade e coordenação de todas os assuntos relacionados com a produção de espectáculos e demais os eventos que constituem a programação do TNSJ.

O Director Artístico:

Por despacho conjunto de Sua Excelência o Senhor Ministro do Estado e das Finanças e de Sua Excelência a Senhora Ministra da Cultura, datado de 26 de Outubro de 2007, com produção de efeitos a partir de 17 de Maio de 2007, foi o Dr. Ricardo Pais (também Presidente do Conselho de Administração) nomeado como Director Artístico para o triénio 2007-2009.

O Revisor Oficial de Contas:

Por despacho conjunto de Sua Excelência o Senhor Ministro do Estado e das Finanças e de Sua Excelência a Senhora Ministra da Cultura, datado de 13 de Julho de 2007, foram nomeados para o triénio 2007-2009:

Fiscal Único: Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda, inscrita na OROC com o n.º 28, com sede na Rua da Torrinha, 228 H – 6.º Div. I, 4050 – 610 Porto, representado pelo Dr. Noé Gonçalves Gomes, ROC n.º 498;

Fiscal Único Suplente: Dr. Carlos Manuel Duarte Teixeira, ROC n.º 541.

Em anexo 7, constam as remunerações auferidas e benefícios e regalias concedidos pela empresa aos seus Órgãos Sociais.

b) Regulamento Interno

Consequente às mudanças requeridas pela transformação em EPE, no Plano de Actividades para o ano de 2008 e em conformidade com os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, foram definidas orientações com impactos no processo interno da Missão, orientadas pelo imperativo das melhorias de eficiência económica e financeira.

À data da elaboração do presente Relatório e em conformidade com a estratégia definida, têm estado a ser desenvolvidas acções de formação no posto de trabalho, com a finalidade de possibilitar uma maior assimilação dos novos conceitos, facilitando a aprendizagem e consolidação da mudança requerida.

Pretende-se estabelecer um verdadeiro compromisso no âmbito da Estrutura Organizacional de modo integrado e coerente; por isso e à medida que vão sendo concretizadas as acções na reestruturação das operações são emitidas directrizes para enquadrar o seu efectivo exercício, após o que se pensa vir a dispor de um Manual de Procedimentos e de um Regulamento Interno abrangente e coerente com a reestruturação levada a cabo.

Neste domínio e como aspectos mais relevantes, há a considerar: a entrada em vigor de um novo Organigrama, adequada estrutura de Centros de Custo, delineamento de um novo modelo de Contabilidade Analítica, critérios de valorimetria do espectáculo, tratamento dos bens do Activo Imobilizado e gestão de Stocks de manutenção, reformulação do Orçamento'08 com base no esquema de Centros de Custo para possibilitar o Controlo Orçamental durante o ano, considerando-se deste modo alinhadas no terreno as principais linhas de orientação que vão permitir o efectivo exercício de um modelo de Controlo de Gestão.

Deste modo, o Conselho de Administração entende que está a promover o Código de Ética consagrado no DL n.º 71/2007, em consonância com os princípios de bom governo que adiante explicitaremos.

c) Transacções relevantes com entidades relacionadas

Não aplicável, uma vez que o TNSJ não tem qualquer relação de controlo ou de influência significativa com qualquer outra Entidade.

d) Informação sobre outras transacções

(1) Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços:

Face à transformação operada pelo Decreto-Lei n.º 159/2007, de 27 de Abril, o TNSJ, deixou de estar sujeito a todas as regras estipuladas no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, continuando contudo obrigado ao cumprimento de todos os princípios consagrados neste Diploma.

Apesar disso, enquanto não se conclui a formação e requalificação do pessoal da Casa com vista à adaptação ao novo enquadramento empresarial e ao novo sistema de controlo de gestão em desenvolvimento, optamos por manter a obrigatoriedade de cumprimento dos procedimentos estipulados no Decreto-Lei n.º 197/99, seguidos pela Organização em matéria de aquisição de bens e serviços.

No que concerne à aquisição de bens e serviços de natureza técnico-artística é de referir que o anterior Diploma Orgânico da Instituição (Decreto-Lei n.º 242/97, de 18 de Setembro) consagrava um regime especial (no seu art. 30º) de não sujeição às regras do DL 197/99, justificado pelas especificidades da actividade de produção teatral que o TNSJ sempre desenvolveu e da consequente necessidade de resposta urgente e imediata a determinadas necessidades. Tal faculdade nunca obstou contudo a que se procurasse sempre rentabilizar os meios financeiros existentes, na procura das melhores condições de mercado, optimizando o binómio qualidade-preço. Desta forma manteve-se a este respeito o procedimento já usual nos diversos departamentos que fazem compras no TNSJ de consultar o mercado (pedindo vários orçamentos) antes de efectuar qualquer tipo de aquisições.

(2) Não há transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado.

(3) Não há fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que ultrapassem o milhão de euros.

e) Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

(1) Principais condicionantes e riscos para a actividade e futuro da Entidade:

Conforme já foi referido, as principais condicionantes a apontar são:

- i) Impossibilidade de conhecimento atempado do montante dos recursos e suas naturezas para financiar a actividade do Organismo, o que tem como consequência a impossibilidade de fazer planeamento plurianual de actividades;
- ii) Dificuldades em combater a baixa qualificação cultural dos públicos;
- iii) Circunstâncias adversas relacionadas com a localização na baixa portuense;
- iv) Dificuldades económicas da população.

(2) Estratégias, políticas e princípios adoptados para garantir adequada gestão empresarial

i) Responsabilidade social:

O Conselho de Administração está convicto de exercer as funções que lhe competem de forma a assegurar o cumprimento dos princípios básicos em matéria de responsabilidade social, nomeadamente, o princípio da não discriminação, o princípio da igualdade, o princípio da transparência e da publicidade, o princípio da imparcialidade, o princípio da boa-fé, o princípio da concorrência e o princípio da responsabilidade.

Julgamos que o facto de todos os trabalhadores anteriormente afectos ao instituto público terem transitado para a nova entidade empresarial é disso mesmo um sinal, já que temos vindo a apostar na sua valorização e requalificação orientada para a gestão da entidade empresarial que agora somos.

ii) Desenvolvimento sustentável:

Como já mencionamos, esta Administração decidiu levar a cabo uma reestruturação profunda da organização, orientada por níveis superiores de eficiência no controlo de gestão (em linha com as orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado e consagradas com a elaboração do Instrumentos Previsionais de Gestão para 2008). Trata-se de uma reestruturação no âmbito dos procedimentos internos, competências organizacionais e comportamentais, reorientação dos sistemas de informação e qualificação dos Colaboradores.

Neste momento, podemos pois afirmar que foram já dados os primeiros passos para reestruturar com medidas no âmbito da Organização e Gestão, de modo integrado e coerente; há fundadas expectativas de vir a concretizar melhorias após a implementação destes desenvolvimentos.

A estas medidas de optimização cumpre acrescentar alguns dos pontos mais fortes desta Casa, tais como, a oferta de serviços diversificados e de qualidade internacionalmente reconhecida e os colaboradores com elevado conhecimento técnico e de entrega à causa teatral. Estamos pois convictos de que esta será a receita que permitirá ao TNSJ alcançar o desenvolvimento sustentável necessário ao cumprimento da missão que nos foi confiada.

iii) Serviço Público e satisfação das necessidades da colectividade:

Como tem vindo a ser explicitados nos Planos de Actividade propostos nos últimos anos deste organismo, este Conselho de Administração tem vindo a assumir um contínuo esforço para, apesar da já referida insuficiência dos orçamentos, manter a programação deste Teatro no nível mínimo indispensável à manutenção do público conquistado nos últimos anos e à sustentação da exemplar estrutura que esta Casa constitui.

(3) Grau de cumprimento das metas fixadas:

Julgamos que tudo que até aqui foi dito, demonstra cabalmente que, apesar das inúmeras condicionantes e da terrível incerteza que têm caracterizado os últimos tempos, esta Organização tem conseguido alcançar um elevado grau de cumprimento das metas que têm vindo a ser fixadas, o que se deve em grande parte ao admirável grau de entrega à causa teatral que a esmagadora maioria dos nossos trabalhadores possui.

(4) Planos de Acção para o Futuro, conforme Anexo 8, que lista as actividades a concretizar durante o ano de 2008, consequentes ao diagnóstico organizacional efectuado.

f) Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo:

O Conselho de Administração manifesta a sua firme determinação em concretizar o processo de mudança em curso, já anunciado no Plano de Actividades para o ano de 2008, com o que considera estar a promover as iniciativas necessárias que sejam positivamente atingidos os objectivos definidos no âmbito dos Princípios de Bom Governo.

V. CONCLUSÕES

1. O elevado grau de cumprimento dos objectivos, nomeadamente no plano da Programação de Espectáculos, não obstante as dificuldades consequentes às mudanças com a transformação, que mobilizaram tempo e recursos escassos;
2. A concretização acrescida no esforço de fidelização, relacionamento crítico e qualificação dos públicos;
3. O planeamento das actividades a desenvolver para que sejam incorporadas as orientações definidas no âmbito dos Princípios de Bom Governo;
4. O esforço com o desenvolvimento de novas competências organizacionais, tornadas necessárias e muito mais exigentes, contribuindo para promover a Requalificação dos Trabalhadores;
5. A convicção de que a Empresa iniciou um processo de reestruturação orientado para melhor prosseguir a Missão, seja a prestação de serviço público na área da cultura teatral.

VI. FECHO DO RELATÓRIO

Ao terminar este primeiro Relatório da Gestão no quadro da nova EPE, o Conselho de Administração deseja manifestar os seus mais vivos agradecimentos:

- Ao nosso Público**, pela preferência com que nos tem distinguido;
- Ao nosso núcleo de Criativos e Actores**, pela entrega aos nossos projectos;
- Aos nossos Parceiros**, pelo empenho numa comunhão de interesses;
- Aos nossos Fornecedores**, pela compreensão registada;
- Ao nosso ROC**, pela valiosa colaboração prestada;
- A todos os Trabalhadores**, pelo entusiasmo na concretização dos nossos objectivos.

Porto, 31 de Março de 2008

Ricardo Pais (Presidente)
Francisca Carneiro Fernandes (Vogal)
Salvador Santos (Vogal)